

Fernanda Tartuce

Luiz Dellore

Marco Aurelio Marin

***Manual de
Prática Civil***

11.ª edição

revista, atualizada e ampliada



- A EDITORA MÉTODO se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa
Copyright © 2015 by

EDITORIA MÉTODO LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Rua Dona Brígida, 701, Vila Mariana – 04111-081 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770 – Fax: (11) 5080-0714
metodo@grupogen.com.br | www.editorametodo.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Danilo Oliveira

- CIP – Brasil. Catalogação-na-fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Tartuce, Fernanda, 1978-

Manual de prática civil / Fernanda Tartuce, Luiz Dellore, Marco Aurelio Marin. - 11. ed. - Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2015.

Bibliografia

ISBN 978-85-309-5957-9

1. Processo civil - Brasil. 2. Prática forense - Brasil. I. Dellore, Luiz, 1978-. II. Marin, Marco Aurelio, 1967-. III. Título.

07-3074.

CDU: 347.91/.95(81)

SUMÁRIO

PARTE I

INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA UMA APROPRIADA POSTULAÇÃO EM JUÍZO

1.	INTRODUÇÃO.....	21
2.	DA SOLUÇÃO DOS LITÍGIOS PERANTE O JUDICIÁRIO	23
2.1	Estrutura jurisdicional brasileira.....	23
2.2	Lide, processo e procedimento.....	29
2.3	Processo de conhecimento	32
2.3.1	Liminar no processo de conhecimento.....	35
2.3.2	Procedimento	37
2.4	Processo de execução	39
2.5	Processo cautelar	40
2.6	Escolha da medida judicial adequada.....	41
2.7	Exercícios para a escolha da medida judicial adequada	43
2.8	Prazos processuais.....	47
2.8.1	Períodos computáveis	47
2.8.2	Forma de contagem	48
2.8.3	Processo eletrônico	50
2.8.4	Preclusão	52
3.	PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO AJUIZAMENTO DA DEMANDA.....	55
3.1	Considerações iniciais	55
3.2	Partes e interessados.....	55
3.3	Capacidade de ser parte.....	57
3.4	Capacidade processual.....	57
3.4.1	Capacidade processual das pessoas físicas	58
3.4.2	Capacidade processual das pessoas jurídicas	60
3.5	Capacidade postulatória	61
3.6	Dos procuradores.....	62
3.6.1	Da procuração judicial.....	62
3.6.2	Da procuração extrajudicial.....	66

3.6.3	Da procuração <i>ad judicium et extra</i>	67
3.6.4	Substabelecimento	68
3.6.5	Saída do advogado do processo: renúncia e revogação do mandato	69
3.7	Custas iniciais e outras taxas	72
3.8	Honorários advocatícios	74
3.8.1	Dos honorários contratados	75
3.8.2	Dos honorários sucumbenciais	87
3.9	Modelo de procuração para advogado liberal	93
3.10	Modelo de procuração extrajudicial	94
3.11	Modelo de procuração para advogados integrantes de sociedade de advogados	95
3.12	Modelo de substabelecimento sem reserva de poderes a advogado integrante de sociedade de advogados	96
3.13	Modelo de renúncia ao mandato por advogado liberal	97
3.14	Modelo de petição de renúncia ao mandato por advogado liberal	98
3.15	Modelo de petição e termo de revogação de mandato com ciência do mandatário	99
3.16	Modelo de contrato de honorários com advogado liberal – honorários estipulados conforme regra geral	101
3.17	Modelo de contrato de honorários com sociedade de advogados – Honorários estipulados com cláusula <i>ad exitum</i>	104
3.18	Modelo de contrato de honorários com advogado liberal	107
3.18.1	Honorários estipulados conforme cláusula <i>quota litis</i>	107
3.19	Modelo de substabelecimento com reserva de poderes a advogado liberal	110
3.20	Modelo de substabelecimento sem reserva de poderes a advogado liberal	111
4	DA PETIÇÃO INICIAL	113
4.1	Considerações prévias	114
4.2	Requisitos da petição inicial (CPC, art. 282)	115
4.2.1	Endereçamento (CPC, art. 282, I)	117
4.2.2	Qualificação das partes	125
4.2.3	Causa de pedir	129
4.2.4	Pedido	134
4.2.5	Valor da causa	139
4.2.6	Requerimento de provas	145
4.2.7	Citação	148
4.2.8	Outros requisitos da petição inicial	152
4.3	Modelo de petição inicial comentado	154
5	DA RESPOSTA DO RÉU	161
5.1	Considerações prévias	161
5.2	Contestação	164
5.2.1	Considerações prévias	164
5.2.2	Requisitos formais da contestação	165
5.2.3	Princípio da eventualidade e ônus da impugnação específica	166
5.2.4	Conteúdo da contestação	169
5.2.5	Modelo de contestação comentado	176

5.3	Da intervenção de terceiros provocada pelo réu.....	182
5.3.1	Nomeação à autoria.....	182
5.3.2	Denuciação da lide.....	183
5.3.3	Chamamento ao processo.....	185
5.4	Da reconvenção.....	186
5.4.1	Considerações prévias.....	186
5.4.2	Requisitos da petição inicial da reconvenção.....	187
5.4.3	Hipóteses em que não cabe reconvenção.....	188
5.4.4	Modelo de reconvenção comentado.....	189
5.5	Da ação declaratória incidental.....	193
5.5.1	Considerações prévias e requisitos da inicial.....	193
5.5.2	Ação declaratória incidental ajuizada pelo réu e reconvenção.....	195
5.6	Das exceções.....	196
5.6.1	Considerações prévias.....	196
5.6.2	Exceção de impedimento e suspeição.....	197
5.6.3	Da exceção de incompetência relativa.....	198
5.7	Das outras formas de defesa do réu.....	203
5.7.1	Do incidente de falsidade documental.....	203
5.7.2	Da impugnação ao valor da causa.....	205
5.7.3	Da impugnação à justiça gratuita.....	208
5.8	Síntese das possibilidades de defesa do réu.....	215
6.	PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO.....	219
6.1	Considerações prévias.....	219
6.2	Réplica.....	220
6.2.1	Modelo de réplica comentado.....	221
6.3	Possibilidade de sanar irregularidades e possível extinção (julgamento conforme o estado do processo).....	228
6.4	Audiência preliminar.....	229
6.4.1	Conciliação: possibilidades.....	230
6.4.2	Saneamento do processo.....	235
6.5	Revisão do panorama geral do rito ordinário.....	237
7.	DOS RECURSOS.....	239
7.1	Considerações prévias.....	239
7.2	Recursos existentes no direito brasileiro.....	241
7.3	Recurso adesivo.....	244
7.4	Natureza da decisão e recurso cabível.....	246
7.5	Juízo de admissibilidade e juízo de mérito.....	249
7.6	Requisitos de admissibilidade dos recursos.....	250
7.6.1	Legitimidade para recorrer.....	250
7.6.2	Interesse em recorrer.....	251
7.6.3	Cabimento.....	252
7.6.4	Impedimentos recursais (renúncia, desistência, aquiescência).....	252
7.6.5	Tempestividade.....	253
7.6.6	Custas (preparo e porte de remessa e de retorno).....	254
7.6.7	Regularidade formal.....	255
7.7	Agravos.....	256
7.7.1	Agravos de 1.º grau.....	257
7.7.2	Agravo retido.....	259

7.7.3	Agravo de instrumento	265
7.7.4	Agravo interno (regimental ou legal)	279
7.7.5	Agravo nos próprios autos ou agravo de decisão denegatória (CPC, art. 544)	285
7.8	Apelação	287
7.8.1	Modelo de apelação comentado	293
7.9	Embargos de declaração	300
7.9.1	Modelo de embargos de declaração comentado	302
7.10	Embargos infringentes	305
7.11	Recurso ordinário	306
7.12	Recurso especial	308
7.12.1	Modelo de recurso especial comentado	313
7.13	Recurso extraordinário	323
7.13.1	Modelo de recurso extraordinário comentado	327
7.14	Embargos de divergência	335
8.	PROCESSO DE EXECUÇÃO E FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	337
8.1	Introdução: entendendo o processo de execução autônomo e a fase de cumprimento de sentença	337
8.2	Dos requisitos necessários para a execução autônoma	338
8.3	As diversas espécies de execução e o procedimento da execução de quantia certa contra devedor solvente	339
8.4	Petição inicial na execução	342
8.5	Modelo de execução de título executivo extrajudicial	343
8.6	Defesa do executado na execução autônoma: embargos à execução/ embargos do devedor	347
8.7	Modelo de embargos à execução	349
8.8	Cumprimento de sentença	355
8.9	Modelo de petição para provocar o início da fase de cumprimento de sentença	358
8.10	Defesa no cumprimento de sentença: impugnação	360
8.11	Modelo de impugnação	362
8.12	Embargos à execução e impugnação: quadro comparativo	367
9	PROCESSO CAUTELAR	371
9.1	Considerações prévias	371
9.2	Diferença entre as tutelas de urgência e fungibilidade entre as medidas	373
9.3	Medidas cautelares	375
9.3.1	Processo cautelar e processo principal	375
9.3.2	O mérito da ação cautelar	377
9.3.3	Pedido de liminar em medida cautelar	377
9.4	Processamento das ações cautelares	378
9.4.1	Competência para a propositura de uma medida cautelar	378
9.4.2	Petição inicial	380
9.4.3	Resposta do réu	380
9.4.4	Ação principal, eficácia e extinção da medida	380
9.5	Principais medidas cautelares nominadas	381
9.5.1	Arresto	381
9.5.2	Sequestro	385
9.5.3	Busca e apreensão	387
9.6	Modelo de medida cautelar de arresto comentado	388

10	PROCEDIMENTOS ESPECIAIS.....	397
10.1	Considerações prévias.....	397
10.2	Peculiaridades.....	398
10.2.1	Legitimação.....	399
10.2.2	Pedido.....	400
10.2.3	Alterações procedimentais.....	401
10.3	Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa.....	402
10.3.1	Visão geral.....	402
10.3.2	Modelo comentado: alimentos.....	403
10.3.3	Modelo comentado: ação possessória.....	409
10.4	Procedimentos especiais de jurisdição voluntária.....	416
10.4.1	Visão geral.....	416
10.4.2	Modelo comentado: interdição.....	417

PARTE II

PRINCIPAIS AÇÕES E RECURSOS (COM MODELOS DE PEÇAS) PARA A ATUAÇÃO DO ADVOGADO EM JUÍZO

INTRODUÇÃO.....	425
1. PROCESSO DE CONHECIMENTO.....	427
1.1 Procedimento Ordinário.....	427
1.1.1 Ação de cobrança.....	427
1.1.2 Ação de reconhecimento e dissolução de união estável.....	429
1.1.3 Ação de reconhecimento e dissolução de união estável homoafetiva.....	433
1.1.4 Ação de divórcio litigioso.....	438
1.1.5 Ação indenizatória.....	442
1.1.6 Ação de investigação de paternidade.....	446
1.2 Procedimento Sumário.....	452
1.2.1 Ação de cobrança de condomínio.....	452
1.2.2 Ação indenizatória – prestação de serviços turísticos – dano moral e material.....	457
1.2.3 Ação revisional de aluguel.....	461
1.2.4 Ação indenizatória decorrente de acidente de veículo automotor....	466
1.3 Procedimentos Especiais.....	471
1.3.1 Abertura de testamento – testamento público.....	471
1.3.2 Ação de alimentos.....	473
1.3.3 Arrolamento sumário: herdeiros maiores, sem conflitos.....	480
1.3.4 Ação de consignação em pagamento.....	484
1.3.5 Ação de consignação de aluguéis e acessórios da locação.....	488
1.3.6 Contestação nos Juizados Especiais Cíveis (JEC).....	492
1.3.7 Ação de despejo por falta de pagamento.....	496
1.3.8 Ação de despejo – denúncia vazia.....	499
1.3.9 Embargos de terceiro.....	503
1.3.10 <i>Habeas corpus</i> (prisão civil – não pagamento de alimentos).....	506
1.3.11 Ação indenizatória – colisão de veículos (franquia e desconto de seguro) – JEC.....	509
1.3.12 Ação indenizatória – transporte aéreo – demora no recebimento de bagagem – dano material e moral – JEC.....	513

1.3.13 Ação monitória.....	517
1.3.14 Ação de nunciação de obra nova.....	522
1.3.15 Ação de reintegração de posse (comodato).....	526
1.3.16 Ação de interdito proibitório (ameaça de violação à posse).....	531
1.3.17 Ação renovatória (locação).....	534
1.3.18 Ação de retificação de registro civil (retificação de assento).....	539
1.3.19 Ação revisional de alimentos (para diminuir o valor da pensão).....	541
1.3.20 Ação de divórcio consensual.....	545
1.3.21 Ação de usucapião.....	549
2. EXECUÇÃO, CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E SUAS DEFESAS.....	553
2.1 Execução por quantia certa contra devedor solvente – título executivo extrajudicial.....	553
2.2 Cumprimento de sentença – título executivo judicial.....	555
2.3 Execução de obrigação de fazer – título executivo extrajudicial.....	557
2.4 Embargos do devedor (defesa do devedor na execução de título executivo extrajudicial).....	561
2.5 Impugnação (defesa do devedor na fase de cumprimento de sentença – título executivo judicial).....	564
2.6 Apelação em cumprimento de sentença.....	568
3. PROCESSO CAUTELAR.....	573
3.1 Arresto.....	573
3.2 Separação de corpos.....	577
3.3 Medida cautelar inominada de sustação de protesto.....	581
3.4 Medida cautelar inominada para prestação de serviços médicos.....	587
3.5 Protesto interruptivo de prescrição.....	595
3.6 Produção antecipada de provas.....	597
3.7 Exibição de documento.....	602
4. RECURSOS.....	607
4.1 Agravo de instrumento com pedido de antecipação de tutela recursal... ..	607
4.2 Agravo de instrumento com pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal.....	613
4.3 Agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo.....	618
4.4 Agravo retido.....	622
4.5 Agravo de decisão denegatória de recurso especial (agravo nos próprios autos – CPC, art. 544).....	626
4.6 Agravo contra decisão denegatória de recurso especial.....	631
4.7 Agravo contra decisão denegatória de recurso extraordinário.....	636
4.8 Apelação (com preliminar e pedido de reforma).....	640
4.9 Apelação (com pedido de anulação/reforma).....	645
4.9.1 Apelação (com pedido de anulação/reforma) – Modelo 1.....	645
4.9.2 Apelação (com pedido de anulação/reforma) – Modelo 2.....	649
4.10 Apelação (pedido de reforma).....	654
4.11 Embargos de declaração – omissão.....	658
4.12 Embargos de declaração – prequestionamento.....	660
4.13 Recurso ordinário constitucional.....	662
BIBLIOGRAFIA.....	667